

Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Agosto de 2018 – Nº 99 – Ano 12
Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro
Rio de Janeiro – CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

SISEJUFE Filiado à FENAJUFE

Junção da Justiça do Trabalho com a Justiça Federal desequilibraria as relações no Estado Democrático de Direito

Páginas 6 e 7

Justiça do Trabalho ameaçada

LEIA MAIS

SEU SINDICATO
Departamento de Gênero e Raça intensifica ações contra o preconceito

Página 3

PLENÁRIA NACIONAL
Delegação fluminense participa da XXII Plenária da Fenajufe

Página 4

FOTOGRAFIA
Sindicato lança concurso fotográfico para servidores

Página 11

LATUFF



EDITORIAL

Junção da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho: novo ataque aos trabalhadores

Uma nova ameaça surge no horizonte dos servidores do Judiciário e dos trabalhadores em geral: a tese da unificação das justiças Federal e do Trabalho, com a primeira abarcando a segunda.

Alega-se que a Justiça do Trabalho é cara, é ineficiente, que o Brasil é o único país do Mundo que possui uma justiça especializada nesse ramo

etc. Mas, essas não passam de falácias que buscam esconder a verdadeira intenção dos que defendem essa postura, que é a extinção da Justiça do Trabalho para desequilibrar a relação Capital/Trabalho e exterminar de vez com os direitos dos trabalhadores, já bastante afetados pela reforma trabalhista do governo de Michel Temer.

Ante a resistência de ser-

vidores, magistrados, trabalhadores e advogados, a tese da extinção da Justiça do Trabalho foi bastante enfraquecida. Portanto, seus algozes mudaram de tática. Agora é a “unificação” que se estabelece como pauta. Ainda que não esteja tramitando nenhuma PEC nesse sentido, os movimentos subterrâneos já foram notados. Tudo dentro da onda neoliberal selva-

gem que busca exterminar os direitos sociais sacramentados na Constituição Cidadã de 1988.

As entidades de advogados, magistrados, servidores e demais trabalhadores já iniciaram o movimento de resistência com um seminário, no qual, além de se denunciar mais esse ataque, se fez um rico debate para rebater falácias e desfazer mitos.

Entretanto, não bastam debates esclarecedores ou notas duras para se resistir a essa falsa unificação. É preciso fazer atos públicos, conscientizar a sociedade, pressionar os parlamentares e enfrentar o governo. Somente assim barraremos esse novo ataque e manter a existência desse ramo da Justiça tão fundamental para os trabalhadores.

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos, Alexandre Graciano dos Santos, Amaro das Graças Faustino, Ana Clécia Vieira Santos, Carlos Eduardo da Costa Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, José Fonseca dos Santos, José Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Alcantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves – **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Cristiane Vianna Amaral – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – Heloíza Gomes (MTb 17091/103/44v) – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTb 20478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luís Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone – **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000. “Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

Departamento de Gênero e Raça

Luta contra preconceito

SEU SINDICATO Realização de atividades que enfrentam discriminações

Ações envolvem promoção de debates e apoios jurídico e psicológico às vítimas de assédio moral por causa de orientação sexual ou cor da pele

Heloiza Gomes*

O Departamento de Gênero e Raça (antes, Núcleo de Gênero e Raça) do Sisejufe passou por uma completa reformulação nos últimos meses. Em setembro, além da mudança de status, a área ganhou um orçamento próprio e Ricardo Valverde e Neli Rosa, diretores do Sisejufe, assumiram a coordenação dos trabalhos do setor, com o compromisso de intensificar as ações no combate ao racismo e à homofobia. “Neste primeiro momento, estamos mostrando para as pessoas que existimos. Estamos em ascensão, mas a ideia é crescer cada vez mais para que os servidores saibam que têm um ponto de apoio”, afirma Valverde.

Recentemente, o departamento ganhou uma sala exclusiva para o atendimento de vítimas de assédio moral por causa de raça ou orientação sexual, dentro ou fora do ambiente de trabalho. De segunda a sexta, as portas estão sempre abertas para quem quiser denunciar as práticas preconceituosas e criminosas. Sim, pois é sempre bom lembrar: racismo e homofobia são crimes e, portanto, quem os comete tem que responder por seus atos. Por isso, ao procurar o sindicato, a vítima, em um primeiro momento, é acolhida pelo Departamento de Gênero e Raça, que, depois de uma conversa inicial, encaminha o caso ao Jurídico da entidade para que sejam tomadas as devidas medidas legais.

Os diretores, no entanto, ressaltam que a orientação jurídica não é o único benefício oferecido pelo setor. O apoio

é bem maior. “Sabemos que, às vezes, a experiência é muito difícil, então, estamos aqui também para orientar que procure apoio psicológico para quem precisar”, garante o coordenador Valverde. Mas, atenção: precisa entrar em contato com Sisejufe e marcar previamente um horário para o encontro.

Debates marcam virada

Na nova fase, o departamento encara ainda a promoção de debates como fundamental para enfrentar o preconceito e a discriminação. “Temos que falar, mostrar que todos são seres humanos. A orientação sexual não difere uma pessoa da outra”, alerta Valverde. “O brasileiro é muito preconceituoso, inclusive, a questão social pode ser pior do que a racial. Por exemplo, o Pelé é negro e entra no Copacabana Palace sem problema. Quando sou eu, o porteiro olha de cara feia. Como as pessoas não se preocupam, nós mesmos temos que discutir para promover mudanças nessa sociedade que marginaliza o pobre, o negro e o homossexual”, complementa Neli Rosa.

Desde que assumiram, Neli e Ricardo já coordenaram dois debates no auditório do Sisejufe: o “Desmistificando o 13 de Maio: perspectivas da população negra em uma sociedade excludente 130 anos após a Abolição da Escravatura” e “A luta LGBT: orgulho e resistência frente às violências”.

A primeira mesa, em 23 de maio desse ano, foi formada por Bruna Rodrigues, da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU); pela psicóloga Terezinha Martins dos Santos Souza, professora



Foto: Heloiza Gomes

Neli e Valverde estão a frente de um departamento que joga luz sobre os assédios, preconceitos, homofobia e racismo

e coordenadora do Núcleo de Estudos de Trabalho, Raça, Etnia e Gênero (Negrem), da Unirio; e por Alexandre Marques, assessor parlamentar do sindicato. O racismo, a importância da política de cotas e a ocupação de espaços como estratégia de luta foram alguns dos temas abordados durante o evento.

Na segunda mesa, em 11 de junho último, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, referências na pauta, lideraram a discussão: Verônica Lima, primeira negra vereadora de Niterói e uma das fundadoras da “Parada LGBT de Niterói”; Ana Beatriz Duarte, da Marcha Mundial das Mulheres e da Kizomba Arco-Íris; Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga pesquisadora-líder do Odara - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade, Diversidade; e a arquiteta

e urbanista Tainá de Paula. Na ocasião, todas ressaltaram a importância de os movimentos sindicais atuarem contra a discriminação. “Ambos os eventos foram bem esclarecedores e tivemos um bom público. Foi ótimo!”, comemora Valverde, junto com Neli, que já preparam o próximo. “Em agosto, no dia 29, vamos fazer um encontro para marcar o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”, adianta o coordenador. “Queremos fazer com que todos os sindicalizados participem, para que se conscientizem e, assim, possamos contribuir para o fim desses preconceitos de todos os gêneros. Vamos mudar essa problemática cultural”, convoca Neli.

União faz a força

Como acreditam que parcerias são fundamentais em qualquer trabalho, os dire-

tores mantêm contato direto com entidades e movimentos que empreendem a mesma luta, como o Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, e representam o Sisejufe em passeatas e eventos relevantes para a causa. No último mês, por exemplo, Neli Rosa marcou presença na comemoração dos 100 anos de Nelson Mandela, em 18 de julho, na OAB-RJ, e na Marcha da Mulher Negra, no dia 29 do mesmo mês, em Copacabana.

O departamento ainda apoiou a homenagem ao Dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha (25/7), realizada pelo Enegreecer - Coletivo Nacional de Juventude Negra, na Pedra do Sal, em 30 de julho. Na ocasião, também foi celebrado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (também 25/7), líder quilombola que viveu no Mato Grosso, no século XVIII. Em tempo: a data, instituída em 2014, foi inspirada na primeira, criada em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, na República Dominicana.

Queremos fazer com que todos os sindicalizados participem, para que se conscientizem e, assim, possamos contribuir para o fim desses preconceitos

*Da Redação

Participação do Sisejufe para o

PLENÁRIA NACIONAL Pressão de sindicatos e servidores de todo o país impõe a justa participação

Fotos: Alexandre Marques

Fortunato Mauro
e Max Leone*

Depois de superar a tentativa da oposição local, que buscava inviabilizar a participação da delegação do Rio de Janeiro na XXII Plenária da Fenajufe, o Sisejufe atuou ativamente no evento nacional da categoria, entre os dias 2 e 5 de agosto, na cidade de Salvador (BA). Os representantes do Rio apresentaram diversas resoluções para elaborar o plano de lutas e encaminhamentos de providências a serem adotadas em prol dos servidores do Judiciário Federal.

A plenária reuniu delegações sindicais de vários estados para traçar uma análise crítica da conjuntura política nacional e internacional e identificar os aspectos que têm representado retrocessos ou riscos potenciais para os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A partir do debate em torno desses elementos, foram delineadas as principais demandas dos servidores do PJU, assim como foi estabelecido o planejamento para uma atuação combativa da própria Fenajufe e dos sindicatos de sua base.

A revogação da Emenda Constitucional 95/16 e a luta contra o desmonte do serviço público foram identificadas como objetivos primordiais a serem buscados pela federação e pelos sindicatos, que deverão reforçar as ações das centrais sindicais no combate às limitações dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos e aos consequentes obstáculos para o provimento de cargos públicos que atualmente se encontram vagos.

Plano de Lutas reflete a necessidade de resistência

No mesmo sentido, também foram reconhecidos como fatores centrais do Plano de Lutas a



resistência às prováveis investidas do governo Temer pela Reforma Previdenciária; a defesa contra as tentativas de extinção das justiças do Trabalho e Eleitoral; o embate contra os projetos de lei que pretendem o fim da estabilidade do servidor público; a paridade entre ativos e aposentados; a priorização da luta pela data base, a ser travada em conjunto com o funcionalismo federal dentre outros temas gerais.

Já em relação às pautas específicas da categoria, destacaram-se a busca pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução salarial; a defesa da recomposição do quadro de servidores da categoria; a luta pela recomposição anual, que garanta ganhos reais e reponha as perdas inflacionárias; o combate às metas abusivas e à terceirização da mão de obra no PJU; exigência

do pagamento dos Quintos constitucionais; garantia de pagamento dos 13,23% a todos os servidores do PJU; luta pela regulamentação da aposentadoria especial dos servidores com deficiência; garantia da GAS na aposentadoria dos agentes de segurança; fortalecimento dos planos de saúde de autogestão nos tribunais.

Proatividade da delegação do Rio

A atuação dos representantes da bancada do Rio na plenária foi destacada. Dirigentes do Sisejufe apresentaram resoluções que foram aprovadas em plenário em defesa de segmentos do funcionalismo. A diretora do Sisejufe Mariana Líria encaminhou propostas de lutas em defesa dos oficiais de justiça. O objetivo é enviar as propostas ao Conselho Nacional de Justiça

[CNJ] e aos tribunais superiores que restrinjam, legal e administrativamente, a possibilidade de promover o desvio de função institucional. Também enfatizou a necessidade de se fazer que a Central de Mandados funcione como órgão racional e efetivo para a organização dos trabalhos.

Na defesa dos servidores com deficiência, segundo o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, foram aprovadas propostas para que a Fenajufe lute para garantir acessibilidade física e visual, de quem tem deficiência, aos prédios e serviços públicos, em particular nos do Judiciário Federal e MPU. A intenção é eliminar barreiras e ter espaços acessíveis e livres de impedimentos à circulação autônoma.

Outro ponto destacado foi a realização de campanha institucional de inclusão social e contra o preconceito em relação

às pessoas com deficiência. Além de a federação acompanhar a constituição de comissões nos tribunais onde ainda não existem, entre outros itens, como levantamento sobre o uso da reserva de vagas nos tribunais.

De acordo com o diretor do Sisejufe Amauri Pinheiro, a atuação da delegação do Rio levou a Fenajufe a convocar uma reunião nacional da Justiça Trabalhista para setembro ou outubro deste ano. O objetivo do encontro é discutir e deliberar a respeito de ações concretas em defesa da justiça do Trabalho. “A convocação resultou de proposta encabeçada e apresentada prioritariamente pelos delegados do Rio e teve por fundamento que a Justiça do Trabalho, por representar a maior despesa e o maior quantitativo de servidores, vem sofrendo ameaças”, afirmou o dirigente do Sisejufe

e garante contribuições Plano de Lutas da categoria

do Sisejufe. Todas as proposições da delegação fluminense foram aprovadas e fortalecem o Plano de Lutas

duas reivindicações de extrema importância para o NS, constantes do documento, ainda não foram atendidas: a elaboração de uma cartilha e a contratação de um estudo sobre a implementação do NS.

Soraia também informou que, no que diz respeito às resoluções sobre Saúde do Trabalhador, duas questões que foram debatidas pelo Sisejufe foram aprovadas. São elas: a luta pela implantação de uma Política Nacional de Prevenção à Saúde dos servidores do PJU e do MPU, incluindo a implantação e o fortalecimento do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores, e formular e aplicar, em conjunto com os sindicatos filiados e em parceria com a Fenajud (justiças estaduais), de pesquisa nacional de saúde, visando a construção do mapeamento do adoecimento da categoria bem como traçar perfil da saúde dos servidores do PJU e do MPU, como um todo.

Contra a precarização na Justiça Eleitoral

No temário “Precarização, Terceirização e Desmonte do PJU e MPU”, os dirigentes Lucas Costa e Fernanda Lauria apresentaram proposta de resolução “Em Defesa da Justiça Eleitoral” com objetivo de mapear o avanço da implementação de mão de obra terceirizada nas atividades típicas dos servidores dessa Justiça.

O que tinha por motivação introduzir no Plano de Lutas da Fenajufe e dos sindicatos da categoria a meta de revogação da Resolução nº 23.518/17 e da Portaria nº 671/17, ambas do TSE, terminou alcançando proporção ainda maior, após debates realizados entre delegados presentes.

Em meio às discussões de plenário, foi solicitado, por diversos participantes, que o

mapeamento fosse ampliado para abranger também as demais unidades do PJU, o que foi prontamente acolhido pelo proponente da resolução na plenária, Lucas Costa, sem que, para tanto, fosse necessário suprimir o texto que trata da questão específica dos TRE.

Para o vice-presidente do Sisejufe, “o congelamento dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos, a partir da EC 95/16, tem sido utilizado como argumento para a precarização cada vez maior das condições de trabalho no PJU e para justificar a crescente defasagem nos provimentos para

partamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe, apresentou na XXII Plenária Nacional da Fenajufe uma série de resoluções em defesa do segmento, todas aprovadas. Também representaram o DAP em Salvador (BA) o diretor Amaro Faustino e a pensionista Rosimar Medina. O evento aconteceu de 2 a 5 de agosto.

A defesa da PEC 555, que revoga a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados, é a principal reivindicação. “Também precisamos lutar contra o aumento abusivo dessa alíquota para 14%”, defende Neli.

Outras reivindicações apre-

resolução para que a federação fomenta a criação de núcleos de aposentados e pensionistas nos sindicatos onde ainda não foram constituídos.

Foi incluída também a luta pela inclusão dos aposentados no programa de recebimento de remédio para tratamento de doenças crônicas, fornecidos pelos órgãos competentes.

O DAP está articulando um pedido de redução para 5% do pagamento de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. “Essa ideia partiu da nossa base, o que torna a proposta de suma importância”, destacou Neli. O Departamento está colhendo assinaturas para o documento, que deve ser apresentado no próximo encontro da Fenajufe.

Ao final do evento, na última votação, ficou estabelecido que o Congresso Nacional da Fenajufe, a ser realizado no mês de abril de 2019, será em Campinas, na região de abrangência do Sindiquinze-SP, Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

Calendário de lutas

Dia 10/08 - Dia do Basta – integração da pauta dos servidores do Judiciário Federal à mobilização convocada pelas centrais sindicais e frentes com o mote de basta de desemprego, basta de aumento no preço do gás de cozinha e no combustível, basta de retirada de direitos da classe trabalhadora e basta de privatizações.

Dia 12/09 - Mobilização para comparecimento na posse do novo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, com manifestação crítica à gestão da ministra Carmen Lúcia.

“Também foram reconhecidos como fatores centrais do Plano de Lutas a resistência às prováveis investidas do governo de Michel Temer pela Reforma Previdenciária; a defesa contra as tentativas de extinção das justiças Trabalhista e Eleitoral; o embate contra os projetos de lei que pretendem o fim da estabilidade do servidor público”

reposição dos cargos vagos”. Para ele, tal fator, aliado às metas abusivas exigidas cada vez com maior rigor dos servidores e servidoras do Judiciário, “tem viabilizado o avanço acelerado da terceirização e levado, entre outros fatores, ao adoecimento da categoria, além de potencializar os objetivos dos que pretendem o desmonte do PJU, a extinção das justiças do Trabalho e Eleitoral.”

Resoluções em defesa dos aposentados

Neli Rosa, diretora do De-

partamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe, apresentou na XXII Plenária Nacional da Fenajufe uma série de resoluções em defesa do segmento, todas aprovadas. Também representaram o DAP em Salvador (BA) o diretor Amaro Faustino e a pensionista Rosimar Medina. O evento aconteceu de 2 a 5 de agosto.

Para que as pautas do segmento tenham relevância no cenário nacional, a diretora defendeu a realização da reunião semestral do Conselho Nacional de Aposentados (Conap), conforme prevê o estatuto da entidade, bem como outras atividades para que a Fenajufe faça a defesa, de fato, das lutas do segmento. Também foi aprovada a



**PLENÁRIA
NACIONAL DA
FENAJUFE**

Segundo Amauri, declarações externas de que “a Justiça do Trabalho tem de acabar”, além da Reforma Trabalhista, visam reduzir o quantitativo de novas ações trabalhistas. E, internamente, declarações constantes com intuito de dividir os trabalhadores entre os que fazem trabalho inteligente e os que produzem mecanicamente (ou seja, terceirizáveis). O dirigente destacou ainda a Resolução 219/16 do CNJ, cujas fórmulas resultarão sempre em uma lotação paradigma inferior a do ano anterior.

A diretora Soraia Marca enfatizou que o Sisejufe foi o único sindicato a apresentar resolução sobre o Nível Superior (NS), cobrando que a Fenajufe atenda às deliberações da Plenária de Mato Grosso do Sul, onde a carta de Teresópolis foi aprovada. A dirigente ressaltou que

Evento expôs os ataques de extinção

JUSTIÇAS

Direção do Sisejufe trabalhará intensamente para mobilizar a categoria na defesa da

Max Leone*

Servidores, advogados, juízes e desembargadores se uniram e apresentaram motivos para combater e impedir a possibilidade de junção das justiças do Trabalho e Federal e, assim, evitar a extinção da Justiça Trabalhista, como vem sendo apontado em um cenário de ataques ao serviço público. Durante o debate “Justiça do Trabalho e Justiça Federal juntas?” ocorrido em 26 de julho, vários participantes se posicionaram contrários à ideia.

Mesmo que ainda não seja tão concreta, representa forte ameaça - por motivação ideológica -, a um dos ramos do Judiciário Federal e que, também, terá grande impacto social, principalmente para as camadas mais pobres da população. O evento foi organizado pelo Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF). Representantes da direção do Sisejufe estiveram presentes ao debate.



Fotos: Max Leone

Para Rita Cortez, do IAB, a proposta de junção das justiças Federal e Trabalhista é um projeto pernicioso, é “um tiro no pé”

Todos contra a junção

Na abertura dos trabalhos, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, destacou que o momento é mais do que propício para discutir o tema. Ela chamou a atenção para a proposta de junção, que é um projeto pernicioso. A advogada não poupou críticas à Reforma Trabalhista patrocinada pelo governo Temer, aprovada a toque de caixa pelo Congresso Nacional e classificou como “um tiro no pé”, a posição de magistrados que defenderam as alterações promovidas nas Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT) com a reforma. “Ainda

que não tenhamos uma Proposta de Emenda Constitucional sobre o assunto, não se iludam quanto à tentativa de extinção da Justiça do Trabalho. Essa discussão é antiga. Na época das tratativas da Reforma do Judiciário, por exemplo, houve clara propositura feita pelo então senador Antônio Carlos Magalhães. E agora o discurso é retomado quando o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende que a Justiça Trabalhista nunca deveria ter existido”, afirmou Rita Cortez.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

[TRF2], desembargador André Fontes, afirmou que a discussão do tema tem motivação ideológica e que a possibilidade de junção das justiças não se restringe apenas ao corte de custos. Segundo ele, a Justiça do Trabalho “vem sendo ameaçada porque cumpre a sua missão” que é a de promover a conciliação entre o capital e o trabalho. E foi além ao classificá-la como eficiente na resolução dos conflitos. “A Justiça do Trabalho faz o que se espera dela. E é por isso que ela é atacada pelo grande resultado apresentado”, argumentou o magistrado.

André Fontes questionou, ainda, a tendência de corte de custos e indicou soluções: “Querem fazer economia? Por que não concentram, por exemplo, as questões previdenciárias na Justiça Trabalhista, como ocorre na Bélgica, tirando esses processos das Justiça Federal”, propôs o desembargador, explicando como funciona no país europeu: “Lá, a Justiça do Trabalho possui duas instâncias, sendo a primeira exercida pelo Tribunal do Trabalho e a segunda, pela Corte do Trabalho. E a competência abrange as questões sobre seguridade social.”

O presidente do TRF2 atendeu, ainda, para complexidade de cada Justiça, ressaltando que os tribunais regionais do Trabalho (TRT) atuam como “jurisdição de balcão”, com os procedimentos ocorrendo principalmente na audiência, quando juízes e partes ficam em contato próximo, privilegiando a informalidade, a oralidade e a conciliação. “Temos que ter consciência do que nos impede de unificar as justiças”, ressaltou André Fontes.

Em sua intervenção, a vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargadora Ro-



Quiroga e Amauri: Sisejufe na resistência aos ataques contra a Justiça Trabalhista: há que se denunciar para que se impeça o absurdo da junção

Ataques e ameaças à Justiça do Trabalho

À Justiça do Trabalho

sana Travesedo, reafirmou o objetivo da Justiça Trabalhista, ressaltando a sua natureza distinta, que é mediação das contradições resultantes do conflito entre o Capital e o Trabalho, o que não se coaduna com as especificidades da Justiça Federal. Rosana Travesedo encerrou seu discurso com uma dura conclusão: “Aqueles que apregoam o fim da Justiça Trabalhista não deveriam ter nascido”.

A vice-presidente participou do evento mesmo sem apoio institucional do TRT1 que, segundo nota do presidente do órgão, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, “sendo certo que os magistrados da Justiça do Trabalho que dele participam o fazem de forma individual e autônoma, e não na condição de representantes do TRT da 1ª Região”.

Para o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), juiz Ronaldo da Silva Callado, mesmo não havendo nada de concreto em relação à proposta de junção das justiças, reforçou que a entidade é contrária à alteração da estrutura da Justiça do Trabalho. O juiz Otávio Calvet, presidente da Associação dos Juízes do Trabalho (AjuTra), afirmou que não adianta tentar esconder os propósitos dos discursos de melhoria de eficácia. O que se propõe é a destruição que já vem sendo feita com os cortes de orçamentos, no caso do Judiciário, congelados até 2036. “Isso (os cortes) confirmam o que se está tentando fazer, devido à história da Justiça que sempre incomodou”, justificou o magistrado.

Manoel Peixinho, do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e do Progra-

ma de Pós-graduação em Direito da Universidade Cândido Mendes (Ucam) fez um relato em que destacou que países de Primeiro Mundo mantêm estruturas de Justiça parecidos com o do Brasil, como França, Inglaterra e França. Ele mostrou que a Alemanha, por exemplo, possui sistema idêntico ao brasileiro com três instâncias especializadas: juízo local de Primeira Instância, o tribunal estadual (Lander) e a Corte Superior Federal Trabalhista. Também ressaltou como funciona o modelo francês, que possui sistema paritário com representantes do patronato, de empregados e atuação neutra. “É um mito, é “fake” afirmar que a Justiça Trabalhista é inerente ao Terceiro Mundo. A geopolítica demonstra que isso ocorre. A Justiça do Trabalho é concebida por países de Primeiro Mundo também, assim como os de fragilidade democrática”, ensinou o professor.

Peixinho traçou um paralelo da Reforma Trabalhista no Brasil que introduziu a cobrança de custos processuais para quem recorrer à Justiça. Ele lembrou que a Suprema Corte Inglesa decidiu pela inconstitucionalidade da cobrança de custas processuais aos trabalhadores. Segundo ele, a existência da cobrança ofende o Estado Democrático de Direito que pressupõe a possibilidade real de ajuizamento de ações por parte dos cidadãos. “Enquanto o Brasil extinguiu a gratuidade de acesso ao Judiciário, os ‘subdesenvolvidos’ da Inglaterra não admitem qualquer empecilho ao acesso à Justiça”, criticou, em tom irônico, o professor da PUC-Rio.

Para ele, quem quer acabar com a Justiça Trabalhista quer deixar o empregado “à sua própria sorte e também não conhece a sua especificidade.

Comprovadamente, é o ramo do Judiciário mais eficiente em termos de resultados. Quem propõe o seu fim distorce os dados da finalidade da Justiça do Trabalho”, sentenciou Peixinho.

Sisejufe cumpre seu papel

A Direção do Sisejufe marcou presença no evento. Participaram os diretores Laura Diógenes, Soraia Marca, Ricardo Quiroga, Amauri Pinheiro e Lucas Costa. Esse último destacou a importância de várias entidades, entre elas o próprio Sisejufe, em se anteciparem à luta contra a junção das justiças e a consequente extinção da Justiça do Trabalho. Conclamou que haja união de servidores, magistrados, juízes, advogados e a sociedade em geral para combater o movimento que se propõe juntar os dois segmentos do Judiciário Federal.

Ricardo Quiroga, servidor do TRT1, destacou que a Justiça do Trabalho vem sofrendo ameaças desde 2016 com a apresentação de proposta de restrição orçamentária, com a EC 95 (do teto dos gastos), por exemplo. “Temos necessidade de reposição de servidores e somos impedidos por uma proposta inconstitucional que um governo ilegítimo impôs. Temer quer retomar a República Velha quando coronéis mandavam na Justiça. Temos que externar essa discussão com a sociedade para impedir esse absurdo”, defendeu o dirigente do sindicato.

Para Amauri Pinheiro, outro diretor do Sisejufe, aspecto importante para medir o desempenho da Justiça Trabalhista, por exemplo, é a quantidade de sentenças e decisões prolatadas. Segundo levantamento feito por ele, de 2009 a 2016, na Justiça Federal este indicador passou de 2.257 para 2.496 mil (10%).



André Fontes: por cumprir sua missão, a Justiça do Trabalho é ameaçada

No mesmo período, na Justiça do Trabalho passou de 2.628 para 3.458, apresentando um crescimento de 77%. “Temos também que avaliar os indicadores usados na Resolução CNJ 219/16. Primeiro, a quantidade de processos pendentes na Justiça Federal é historicamente o dobro dos pendentes da Justiça do Trabalho, apesar do crescimento dessa a partir de 2011; segundo, a partir de 2013 houve um grande aumento do quantitativo de processos baixados na Justiça do Trabalho. No mesmo período, houve grande queda nos processos baixados na Justiça Federal. Pelas fórmulas da Resolução CNJ 219/16, quanto maior for o quantitativo de processos baixados menor será a lotação de cada unidade jurisdicional”, afirmou o diretor que é servidor do TRT1.

Soraia Marca, diretora presente ao evento, também criticou a junção que, para ela, nada mais

é do que a efetiva extinção da Justiça do Trabalho. Ela ressaltou que “a política aplicada pelo atual governo, visa a diminuição do Estado, para atender a pressão do mercado financeiro internacional”.

A dirigente do Sisejufe aponta que “os ataques à Justiça do Trabalho mostram, de forma clara e inequívoca, o único objetivo da maldosa Reforma Trabalhista, que é acabar com essa justiça, por que tem como princípio basilar proteger o trabalhador que é parte hipossuficiente na relação trabalhista (Capital versus Trabalho), dando, dessa maneira maior poder aos empresários que poderão contratar mão de obra a baixo custo, aumentando, ainda mais, o lucro em detrimento do bem estar do trabalhador brasileiro”, destacou Soraia.

Portaria 193: mais um ataque ao serviço público

REMANEJAMENTO Sisejufe repudia medida que permite remoção forçada no Executivo

Heloiza Gomes*

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou portaria para que possa remanejar compulsoriamente servidores do Poder Executivo em todo o país. De acordo com a decisão, o funcionário não tem o direito de recusar a mudança. Apesar de não atingir o Judiciário, a categoria deve estar em alerta, pois a medida faz parte de um conjunto de políticas voltadas ao desmonte do serviço público federal.

De acordo com a justificativa publicada no Diário Oficial da União, em 4 de julho, a medida tem “o propósito de promover o adequado dimensionamento da força de trabalho no âmbito do Poder Executivo Federal”. Detalhe: o servidor não pode recusar a mudança e esta é por tempo indeterminado.

A medida prova mais uma vez que o atual governo trata todos os servidores (e trabalhadores, em geral) como peças de um tabuleiro. Mudam suas posições a seu bel prazer, em jogo com regras não muito claras. E, aos poucos, promovem o desmonte do serviço público. “Estamos no mesmo barco. O cara do chão de



fábrica, o enfermeiro do hospital público, o colega de qualquer outro órgão... E, se não tivermos essa noção, seremos massacrados, achando que estamos em águas tranquilas. Mas a verdade é que o barco está afundando. E para todo mundo”, alerta o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa.

Não há dúvida de que a Portaria 193 é uma artimanha para viabilizar verdadeiras redistribuições de cargos sem observar os seus preceitos legais, evitando, principalmente, o ato conjunto entre os órgãos de origem e destino, como prevê o Estatuto do Servidor. Ela dá

uma concentração absurda de poder ao MPOG, sob a falácia de combater feudos ineficientes da Administração, o que poderá resultar em práticas abusivas como o assédio moral. A portaria trata da transferência dos servidores - que normalmente exige que tomem posse em cargos de confiança ou funções comissionadas no órgão de destino. Na prática, tal requisito também seria desconsiderado.

Sob o pretexto de racionalizar a gestão de pessoal, obrigam os servidores a ficarem à mercê dos desmandos do Estado. Afinal, quando é feita uma sis-

temática que leva à remoção de funcionários, cria-se uma arma de opressão, permitindo coibir qualquer tipo de organização de trabalho e de defesa de direito dos servidores. Ou seja, uma ação totalmente autoritária. E, segundo o jornal Folha de S. Paulo, 1,18 milhão de servidores já estariam enquadrados na medida, que tem exceções, como militares e funcionários de estruturas jurídicas autônomas.

Retrocesso de direitos é inimigo comum

Depois do remanejamento compulsório no TRE e da publi-

cação da Portaria 193, fica cada vez mais claro que o momento é de união do funcionalismo público, para enfrentar um inimigo comum: a implantação do “Estado Mínimo”. “Esta é a lógica que está por trás de tais medidas; a política de retrocesso dos direitos que os servidores conquistaram ao longo do tempo. Eles dificultam qualquer reação, viabilizam o assédio moral, permitem o adoecimento da categoria, reduzem o quadro, não repõem mão de obra. Vão sucateando até quase implodir tudo para justificar as ações”, aponta Lucas Costa.

A trama macabra está sendo construída devagarzinho, com constantes ataques e nas mais diversas áreas. Um exemplo é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autoriza a suspensão do ponto do grevista antes que seja negociada a reposição das horas não trabalhadas - antes, o servidor recebia durante a paralisação e só depois havia a negociação. Isso, evidentemente, dificulta a mobilização. E é bom lembrar que os servidores sempre foram linha de frente, front de batalha para a resistência, para proteger os trabalhadores, reivindicar direitos, fazer greve e posicionar questões de política social importantes.

Remoções prejudicam servidores do TRE

Desde o início do ano, cerca de uma centena de servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ) se viu obrigada a trocar de local de trabalho e, mesmo, de cidade. As remoções compulsórias em larga escala provocaram o caos na vida dos funcionários, que tiveram de trocar de casa, de transferir os filhos para outra es-

cola em pleno ano letivo e de interromper tratamentos médicos, entre outras complicações. “Fica-se nas mãos do gestor, que pode fazer a remoção quando e para onde quiser. E as pessoas que estão na administração dos órgãos possuem um perfil muito conservador, e com pouca simpatia aos direitos e garantias fundamentais. Vivemos hoje em uma sociedade que limita a livre manifestação do

pensamento. Tudo que for contrário aos interesses desse grupo que está no poder tem sido coibido”, denuncia Lucas Costa.

É bom destacar que, assim como o previsto na Portaria 193, as remoções no TRE/RJ também foram feitas sob a alegação da “adequação da força de trabalho”, frente ao corte de gastos e fechamento de cartórios impostos indiretamente pela EC 95/16, que trata do

teto de gastos públicos. A proposta foi encaminhada ao sindicato sem o devido tempo para que a entidade pudesse apontar os parâmetros equivocados e as ponderações do Sisejufe foram praticamente ignoradas.

O desmonte do serviço público dentro do TRE/RJ vem precarizando as condições de trabalho por meio do aumento da pressão para o cumprimento de metas e a ausência

de provimento para repor as vacâncias, o que vem adoecendo a categoria e gerando um círculo vicioso de afastamentos e servindo de argumento para a terceirização de mão de obra nos tribunais. No Judiciário, a grande meta dessa política parece ser a extinção das justças do Trabalho e Eleitoral.

*Da Redação

II Pesquisa de Saúde: prazo para responder termina no final de agosto

SAÚDE

Diretores do Sisejufe visitam tribunais para tirar dúvidas e ouvir demandas

Heloiza Gomes*



“O trabalho te adoecce?” Se você ainda não respondeu a II Pesquisa de Saúde dos Servidores

do Judiciário Federal do Rio de Janeiro, saiba que ainda dá tempo. Até o final de agosto, o questionário pode ser acessado na Intranet dos tribunais, no site, nas mídias sociais e no App do Sisejufe – disponível para Android e iOS. Pode, também, ser preenchido em formulário disponível no sindicato.

Sob a coordenação do Departamento de Saúde e Combate ao Assédio do Sisejufe, o levantamento tem por objetivo atualizar os dados sobre o adoecimento da categoria e das doenças do trabalho, principalmente as vinculadas ao esforço repetitivo e ao sofrimento mental. “A participação do servidor é importante porque o resultado servirá para formular políticas na área de saúde e cobrar melhorias ao Conselho Nacional de Justiça e às administrações dos tribunais”, explica o vice-presidente da entidade, Lucas Costa.

Apesar de o preenchimento do questionário ser bem simples – a maioria das 115 questões é objetiva –, desde 4 de julho, os diretores do Sisejufe estão visitando tribunais e órgãos do Judiciário Federal a fim de esclarecer dúvidas e conscientizar os colegas da importância do trabalho. O grupo já passou pela capital, por Cabo Frio, por São Pedro da Aldeia, Araruama, Iguaba Grande, Saquarema, Resende, Volta Redonda e Barra Mansa. “A pesquisa é o motivo da nossa ida aos órgãos, mas acaba sendo a oportunidade de falarmos, pessoalmente, de outros assuntos também, fazer

a atualização de nossas ações e, o mais importante, ouvir as demandas de cada localidade e segmento”, comemora Lucas.

A primeira parada foi no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), no Rio, cujo presidente, desembargador Fernando Antônio Zorzenon, impediu a veiculação do link da pesquisa na Intranet do órgão – aliás, único caso em todo o estado. E, por isso, no local, foram distribuídos questionários na versão impressa, que serão recolhidos agora, em agosto. “As visitas estão sendo ótimas, os servidores, bem receptivos”, comemora Neli Rosa, coordenadora do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP), que esteve na Região dos Lagos. “Todos compreendem e muitos, inclusive, pontuaram que já percebiam a necessidade de se fazer isso, novamente”, confirma Lucas.

Condições de trabalho prejudicam saúde

A coordenadora de Saúde do Sisejufe, Helena Guimarães, lembra que, nos últimos anos, a categoria passou por mudanças abruptas que impactaram não apenas a forma de trabalhar, mas a saúde. Entre as transformações, ela cita a informatização, a cobrança de metas abusivas, o aumento do volume de trabalho e a falta de reposição de pessoal. “O servidor fica sentando, com o olho na tela de um computador, focado no trabalho, sem levantar, sem fazer um alongamento... Isso tudo gera uma ansiedade que adoecce o corpo e a mente. Mas é difícil fazer a correlação da atividade laboral e os danos à saúde. Por isso, precisamos que todos respondam a pesquisa, para termos provas”, afirma Helena.

O levantamento também será fundamental para mapear o impacto do Teletrabalho na vida



Foto: Max Leone

Resultado da pesquisa está nas mãos da categoria e depende de suas respostas

dos servidores das justiças. Com o corte orçamentário imposto pelo governo, a modalidade ganhou força, pois as administrações aproveitam para repassar os custos da atividade, como equipamentos, luz, água e Internet, para o servidor. “E não há monitoramento das condições de trabalho. Não se sabe, por exemplo, se o servidor está numa cadeira ergométrica, se está extrapolando a jornada, se trabalha no final de semana ou à noite. Enfim, coisas que podem prejudicar a sua saúde”, aponta Lucas Costa.

Neli Rosa ressalta ainda que, ao ficar doente, os funcionários em Teletrabalho estão tendo dificuldade de sair de licença médica. “Alegam que eles já estão em casa”, conta a dirigente. Outra situação absurda que o Sisejufe pretende atacar com mais veemência, depois de ter em mãos o resultado da pesquisa, é a questão da aposentadoria por invalidez. “Temos que apresentar dados concretos para mostrar que a doença é proveniente do trabalho, pois, do contrário, o servidor acaba aposentado sem integralidade de seus vencimentos”, ressalva Helena Guimarães.

Sinal de alerta acendeu há quatro anos

A pesquisa atual, lançada em 15 de julho no Sisejufe, é uma versão revista e ampliada da primeira, “Sua saúde é nossa pauta”, de 2014. Na nova versão, há blocos específicos para cada área, questões referentes ao Teletrabalho, dirigidas às pessoas com deficiência e um maior detalhamento da análise do sofrimento mental. “Na primeira, não houve o retorno esperado, mas, mesmo assim, fiquei preocupada ao perceber o aumento de pessoas adoecendo por causa do trabalho. Registramos um índice de mais de 50%”, relembra Helena Guimarães.

Diante de resultado tão desalentador, a coordenadora de Saúde acredita que só há um caminho para mudar a situação: a união da categoria em torno do tema. “A administração não faz nada pensando no servidor, mas, sim, no dinheiro. Então, responder a pesquisa também é um momento para parar e refletir”, diz a coordenadora.

Não precisa ser sindicalizado para participar

A pesquisa pode ser respondi-

da de qualquer lugar – basta ter acesso à Internet –, mas o Sisejufe também disponibiliza na versão impressa. E, independentemente do formato de preferência (online ou físico), o servidor tem a garantia do anonimato. Ou seja, não há a necessidade de nenhum tipo de identificação, como nome ou matrícula. Portanto, as respostas podem (e devem) ser dadas claramente, pois não há perigo de retaliação.

Outra informação importante é que o link da pesquisa está disponível para todos os servidores do Judiciário Federal do estado do Rio de Janeiro. Não é preciso ser sindicalizado. “Nosso interesse é cuidar para que os servidores não adoçam, que envelheçam bem, que possam se aposentar e aproveitar a vida com saúde. Quero que, absolutamente, todos se conscientizem da necessidade de cuidar do corpo e da mente”, afirma Helena, que espera ter os resultados tabulados até o fim do ano.

Acesse e responda:
www.sisejufe.org.br/pesquisa-saude2018

* Da redação

Servidores deverão ir até 2020 com a corda no pescoço

REAJUSTES

Max Leone*

A pesar de o Congresso Nacional ter derrubado a proibição do governo federal de conceder reajuste ao funcionalismo público no ano que vem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019 está limitada pela Emenda Constitucional 95 - a que criou o teto de gastos. Além de inviabilizar aumentos salariais, a proposta terá duros impactos econômicos e sociais para a população brasileira (Leia o quadro a baixo).

Na avaliação do assessor parlamentar do Sisejufe, Alexandre Marques, no caso do pessoal do Judiciário Federal, no entanto, não haverá reflexo imediato no que diz respeito à correção salarial. Ele lembra que ainda há uma parcela de reajuste a ser concedida, em janeiro do ano que vem (2019), referente ao atual PCS. Marques ressalta que a luta deverá ser grande para elaboração do orçamento de 2020 afim de tentar manter o direito a reajustes salariais. “O funcionalismo do Judiciário Federal tem garantida a oitava e última parcela de correção do atual PCS em janeiro. A LDO de 2019 não afeta esse ponto. Mas, há outros itens que serão cortados. E será preciso muita mobilização a partir do ano que vem”, ressalta o assessor.

A proposta de LDO aprovada pelo Congresso, e que seguiu para sanção presidencial, manteve a proibição de reajustes do auxílio-alimentação, auxílio-moradia e assistência pré-escolar. Também determina que a autorização para nomeação de novos servidores civis ou militares fica restrita a cinco situações: reposição de vagas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Defesa e Diplomacia; para as instituições federais de Ensino recentemente criadas; para os concursos vencendo em 2019;

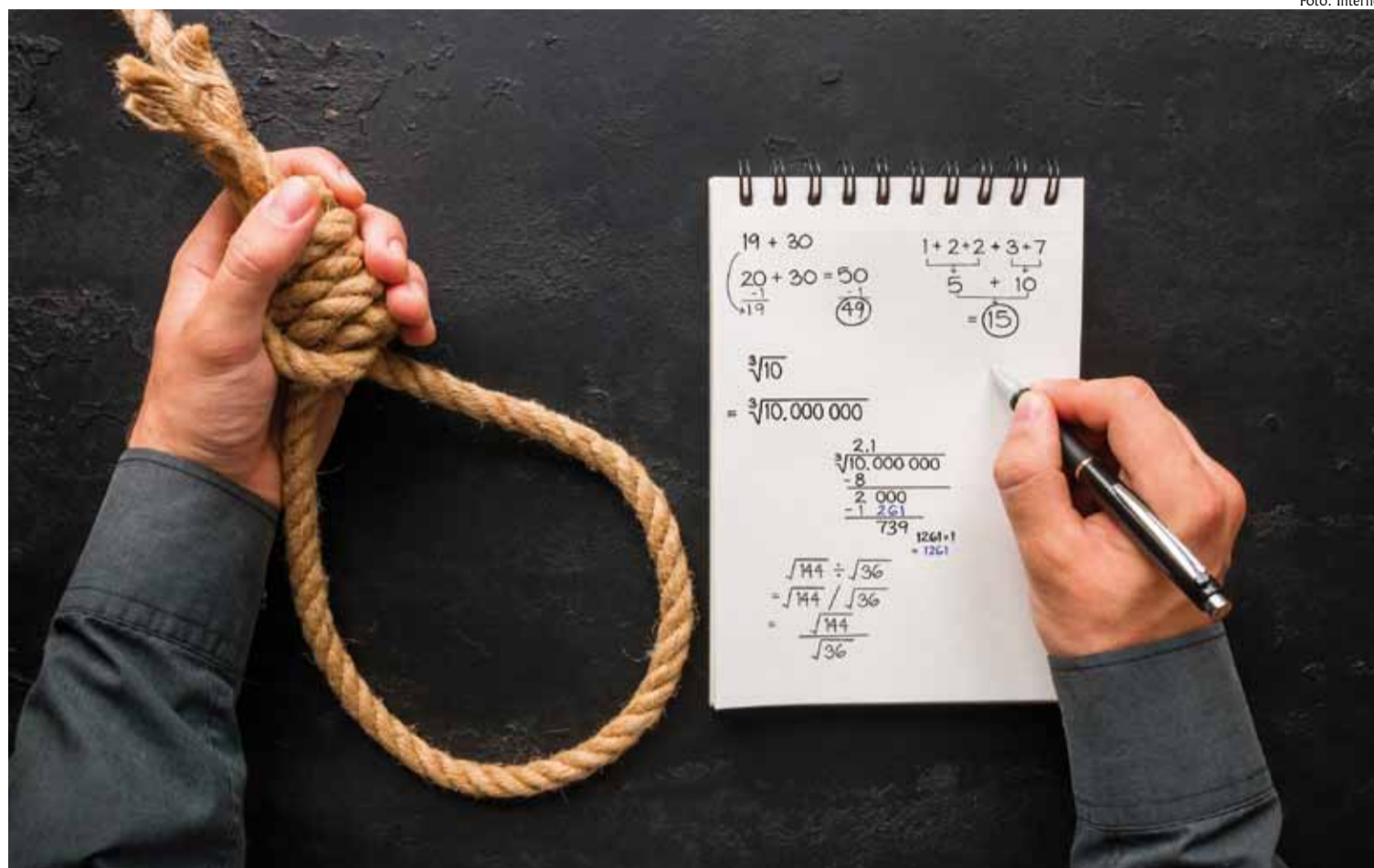


Foto: Internet

para os cargos custeados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); e para a Agência Nacional de Águas (ANA), que vai ganhar mais servidores com a edição da Medida Provisória 844/18.

Sem aumento no discurso e na prática

Mesmo tendo sido derrotada com o fim da proibição, a base aliada capitaneada pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), reforça o discurso de que não vê cenário possível para concessão de aumentos salariais no ano que vem, principalmente pela instituição do teto de gastos. Na madrugada de 12 de julho, o Congresso aprovou a LDO mas excluiu do substitutivo do senador Dalirio Beber (PSDB-SC) o impedimento de a União dar reajustes a servidores com a aprovação de novos projetos de lei e também a criação de cargos no serviço público no próximo ano, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados por 209 votos a 45 e simbolicamente no Senado. A iniciativa apresentada pela

oposição contou com apoio de vários parlamentares da base do governo Temer.

A votação ocorreu mediante acordo que reduziu ainda para 5% o corte obrigatório do custeio administrativo no próximo ano, metade do proposto inicialmente pelo relator. O custeio envolve despesas do dia a dia, como luz, telefone, despesas com diárias. Outra alteração é a obrigação para o atual governo enviar ao Congresso, no segundo semestre, um plano de redução de 10% dos incentivos fiscais em 2019. A meta é diminuir esses benefícios para 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje eles somam 4%, algo próximo a R\$ 300 bilhões por ano.

Confira as medidas econômicas

Além das listadas na matéria, outras medidas serão adotadas. Confira abaixo:

- proibição de criação ou ampliação de novos incentivos fiscais. Prorrogação dos incentivos atuais apenas por até cinco anos, com redução anual do benefício;
- envio ao Congresso de um

plano de revisão de despesas e receitas, prevendo a redução dos benefícios tributários pela metade em dez anos;

- aumento de despesa obrigatória somente com corte equivalente em outra despesa obrigatória;
- criação ou alteração de imposto vinculado a algum tipo de gasto somente com justificativa que demonstre ganhos para o contribuinte;
- proibição de compra ou reforma das residências oficiais e de aquisição de automóveis para autoridades, exceto para as que trabalham em área de fronteira;
- proibição de reajuste das verbas destinadas aos gabinetes de deputados e senadores;
- proibição de pagamentos a agentes públicos, remuneratórios ou indenizatórios, com efeitos retroativos.

Veja as medidas sociais

Confira abaixo as medidas sociais consideradas na LDO:

- prioridade, em 2019, para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e as ações de enfrentamento à violência contra a mulher;

• proibição de contingenciamento dos recursos captados pelas universidades e instituições públicas de Ciência e Tecnologia, como doações e convênios;

• aumento do orçamento para ações e serviços públicos de Saúde equivalente ao crescimento populacional em 2018;

• reajuste de 5% dos recursos para Atenção Básica em Saúde e para procedimentos de média e alta complexidades;

• os hospitais universitários poderão receber recursos das emendas obrigatórias de deputados e senadores destinadas à Saúde;

• destinação de três emendas obrigatórias de bancada estadual do Congresso para as áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública;

• recursos totais para Educação e Assistência Social corrigidos pela inflação;

• inclusão de rubrica específica na Lei Orçamentária para as ações destinadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Parceria com Equipe Fênix dá desconto de 5% em inscrições de corridas de rua

SAÚDE FÍSICA

Categoria pode ter uma alternativa de atividade física saudável

Max Leone*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio interessados em corridas e caminhadas de rua têm uma boa oportunidade. E desta vez, ela vai ser na porta da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJR), na Cinelândia, no Centro. É o Circuito Rio Antigo marcado para o dia 16 de setembro. A largada está prevista para às 8h e com dois percursos, sendo um de 5 e outro de 10 km.

Para participar é preciso adquirir o kit que sai a R\$ 89 e pode ser reservado por meio da parceria Sisejufe/Equipe Fênix, que tem objetivo de incentivar o funcionalismo a entrar em forma física, ter vida saudável e participar de circuitos de corridas de rua. Depois do dia 5 de agosto o valor será de R\$ 109. Vale lembrar que os servidores sindicalizados farão cadastro que proporcionará desconto de 5% nas taxas de inscrições dos circuitos.

Os kits das corridas podem ser retirados com os organizadores da Equipe Fênix e o pagamento pode ser parcelado em até três vezes no cartão de crédito (consulte taxas) ou por meio de depósito bancário.

Confira o calendário de corridas

Agosto

19/08 - Valverde Runner - Recreio Posto 12 - 5 e 10 km - R\$ 85 (idoso R\$ 50) inscrições prorrogadas até 25/07;

19/08 - Meia Maratona Internacional do Rio (5 e 21 km) - R\$ 150 (5 km) e R\$ 170 (21 km);

26/08 - Meia Maratona de Buenos Aires.

Setembro

02/09 - Dez Milhas Garoto (16 km) - Vitória/ES (Pacote transporte + hospedagem R\$ 330) Inscrição R\$ 99;

02/09 - Soul Carioca - Etapa Lapa (5 e 10 km) R\$ 89 (idoso R\$ 65) - Virada de lote em 5/8;

9/9 - Corrida do Samba (5 e 10km - Aterro do Flamengo) - R\$ 99.

16/09 - Rio Antigo - Etapa Cinelândia (5 e 10 km) R\$ 89 (idoso R\$ 65) - Virada de lote em 5/08;

22/09 - Meia do Pontal (Corrida noturna) 5 km: R\$ 99 e 21 km: R\$ 139 e - Virada de lote em 15/8

23/09 - Corrida do Choque - Largada e chegada no Batalhão do Choque da PMERJ - 5 km:



R\$ 99 (idoso e kit só número e medalha R\$ 60);

23/09 - Vênus (feminina - 5, 10 e 15 km - Aterro do Flamengo) - R\$ 119 (kit essencial);

30/09 - Circuito das Estações Primavera (5, 10 e 21 km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120.

Outubro

07/10 - Outubro Rosa (5 e 10 km - Recreio, Posto 12) - R\$ 99;

20/10 - Circuito Pão de Açúcar Kids - R\$ 89

21/10 - Maratona de Reveza-

mento Pão de Açúcar - R\$ 89; **27/10** - Paquetá VIP - 6 e 12 km - R\$ 89- Apenas número, R\$ 70.

Novembro

10/11 - Equipe Fênix Doa Sangue

24/11 - Run The Night (6 e 12 km - Aterro do Flamengo) - R\$ 110,00;

25/11 - Soul Carioca - Etapa Quinta da Boa Vista.

Dezembro

02/12 - Circuito das Estações

Verão (5 e 10km - Aterro do Flamengo) - R\$ 120;

09/12 - Rio Antigo - Etapa Porto Maravilha;

09/12 - Circuito Athenas (7, 14 e 21 km - Aterro do Flamengo) - R\$ 110;

09/12 - Volta da Pampulha (18 km) - Belo Horizonte/MG (Pacote transporte + hospedagem R\$ 330);

31/12 - São Silvestre (São Paulo/SP 15 km).

*Da Redação

Sisejufe lança seu primeiro concurso de fotografia

Estão abertas as inscrições para a primeira edição do Concurso de Fotografia do Sisejufe. O tema será a natureza dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As 16 fotografias selecionadas irão ilustrar o calendário de mesa do Sisejufe

de 2019, que será distribuído a todos os sindicalizados.

O concurso é aberto a todos os servidores sindicalizados ao Sisejufe e seus dependentes. Cada servidor poderá participar com no máximo três fotos inéditas, incluídas as dos depen-

des. As inscrições estarão abertas do dia 20 de agosto até o dia 12 de setembro.

Os servidores que tiverem suas fotografias selecionadas para o calendário receberão 20 unidades do calendário, R\$ 500 em cheque, além de um fim de

semana na Sede Campestre em até dois chalés ou estadia no CMMC Time Schering.

Os nomes dos servidores que tiverem suas fotografias selecionadas para o calendário serão divulgados no site do Sisejufe e comunicados por e-mail na

primeira quinzena de setembro de 2018. O coquetel de premiação será no dia 25 de setembro no Centro Cultural da Justiça Federal.

Leia o regulamento completo no site do sisejufe: www.sisejufe.org.br

Música em todas as fases da vida

PRATA DA CASA Servidora aposentada da Justiça Federal lança CD e prepara novas apresentações

Max Leone*

Desde a infância, a hoje servidora aposentada da Justiça Federal Mirian Lúcia Vasconcellos Seixas já demonstrava interesse e se sentia atraída por música. E o primeiro contato com um instrumento foi logo aos cinco anos de idade. Por iniciativa própria e incentivada por seu pai, ela começou a ter aulas para aprender a tocar acordeom. Mas por ser tão pequenina e o instrumento ser

do CD “Viva a Vida” com um mix de Jazz e Bossa Nova. E, também, shows e apresentações que estão por vir.

“A música na minha vida vem de família. Meus bisavós, imigrantes portugueses, eram músicos. Ela tocava piano e ele era violonista”, lembra, orgulhosa, Mirian Lúcia, que é mais uma personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta. O projeto é uma iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe e tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço para servidores e servidoras com talentos artísticos, literários e outros fora da repartição.

Mirian Lúcia ressalta que a adaptação ao piano foi bem fácil. Tanto que, aos 13 anos, se formou em Teoria Musical, completando o curso no Conservatório de Música e, assim, iniciando a ministrar aulas. Nesse período despertou interesse em tocar violão. Com formação clássica rígida, o novo instrumento possibilitou expandir suas influências musicais. Ela

também fez curso superior de piano na Faculdade de Música Augusta de Souza França. “Ao estudar no Conservatório, a música clássica era a dominante; era praticamente proibido tocar Música Popular Brasileira (MPB). Mas era a época da Bossa Nova. A música fervilhava no Rio. Havia muitas casas musicais. Passei a tirar as músicas no violão, escondida”, lembra a musicista, divertindo-se.

Mas, Mirian Lúcia nunca deixou para trás sua formação clássica, ao ponto de, segundo ela, seguir as apresentações da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) pelos bairros do Rio. Só que ao ser aprovada em concurso público para a Justiça Federal, em 1989, a “carreira musical” deu uma parada. Passou a frequentar apenas serestas com amigos. Depois da aposentadoria, em 2015, assistiu a um show de Jazz e se apaixonou pelo estilo e a vontade de tocar piano a tomou de novo. Assim, voltou a ter aulas para poder se atualizar. “Era um modo diferente de tocar, acordes e ritmos modernos. Tive que me reciclar”, revela a servidora, acrescentando que seu primeiro professor, nessa nova fase - Maurício Fazz -, foi



fundamental para que encontrasse alegria de viver após a aposentadoria.

“Viva a Vida”

O lançamento do CD “Viva a Vida”, em abril desse ano, foi no Hotel Vila Galé, na Lapa, no Centro do Rio. O evento contou com a importante participação do também pianista e produtor Jonathan Ferr, responsável por todo o processo até a apresentação do show. “No show e no disco, cantei e toquei piano e fui acompanhada pelos músicos Jonathan Ferr (piano Rhodes), Facundo Estefanel (baixo acústico), Joel Ferreira (saxofone), Davidson Llarindo (bateria)”, relembra Mirian Lúcia.

A servidora faz questão de destacar que continua tocando

e preparando novos shows dentro e fora do Brasil. Segundo ela, o CD já é tocado no Restaurante Italiano Il Brigante, em Albufeira e no Algarve, em Portugal.

A pianista também se lembra que já se apresentou no teatro João Caetano (no Centro do Rio); em Miami; durante viagem de navio em passeio nos Balcãs e em outras regiões da Europa; na antiga TV Tupi, no Cassino da Urca, em clubes e em casamentos.

Para ouvir o trabalho de Mirian Lúcia acesse: Fly Me To The Moon: <https://youtube.com/CSWcyEg9Sh4>; Sábado em Copacabana: <https://youtu.be/GdyJXA4vhDo>.

*Da Redação



grande e pesado, se viu diante de uma dificuldade para continuar as aulas. No entanto, isso não a impediu de tentar outro instrumento. Foi quando, aos oito anos, migrou para o piano. E o resultado de toda essa história foi o recente lançamento

completando o curso no Conservatório de Música e, assim, iniciando a ministrar aulas. Nesse período despertou interesse em tocar violão. Com formação clássica rígida, o novo instrumento possibilitou expandir suas influências musicais. Ela



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.